



**TRIGÉSIMO SEGUNDO INSTRUMENTO PARTICULAR DE
ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:**

"EBCO SYSTEMS LTDA."

**NIRE Nº 35.216.078.767
CNPJ/MF Nº 40.235.871/0001-09**

Jacques Paul Barthelemy, belga, solteiro, engenheiro, residente na Escada Flora May, 150 – Rio de Janeiro – RJ, cédula de identidade estrangeiro RNE: W376585-4 e inscrito no CPF/MF sob nº 175.852.795-15, doravante referido simplesmente como "**Jacques**" e

Luiz Cláudio Araújo de Souza Santoro, brasileiro, casado, engenheiro, residente na Rua Antonio Aggio, 135 – apto. 82 – São Paulo – SP, portador da Cédula de Identidade RG nº 04387435-3, expedida pelo DICRJ, e inscrito no CPF/MF sob nº 785.668.007-53, doravante referido simplesmente como "**Luiz Cláudio**".

Únicos sócios e componentes da Sociedade limitada "**EBCO SYSTEMS LTDA.**", sediada na Rua Bandeira Paulista, 600, 1º andar, conjuntos 11 e 12 – Itaim Bibi – São Paulo – SP, Cep. 04532-001, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) sob o nº 33202449090 em 23/05/1991 e, a partir do 6º Instrumento Particular de Alteração Contratual, registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o nº 35216078767 em 22/12/1999 e 31ª e última alteração do contrato social registrada perante a JUCESP sob nº 164.842/22-6, em 26/04/2022, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (Ministério da Fazenda) sob o nº 40.235.871/0001-09.

91c

E, ainda, na qualidade de sócio ingressante:

Marcio Rutigliano Bicudo De Lima Azevedo, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, maior, empresário, nascido na cidade de Santos/SP em 21 de junho de 1983, portador da cédula de identidade RG nº 25.257.273-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 309.331.338-47, residente e domiciliado na cidade de Santos, Estado de São Paulo na Rua Doutor Artur Porchat de Assis, nº 20, apto 91, Boqueirão, CEP 11045-540, doravante referido simplesmente como "**Marcio**";

Resolvem, nesta data e na melhor forma de direito, alterar seu Contrato Social conforme cláusulas e condições que a seguir estipulam, aceitam e outorgam reciprocamente:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O sócio **Jacques**, titular e legítimo detentor de 7.557.335 (sete milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, trezentos e trinta e cinco) quotas sociais que representam 50% (cinquenta por cento) do capital social da Sociedade, neste ato, cede e transfere, como de fato cedido e transferido tem, a título oneroso, 1.133.600 (um milhão, cento e trinta e três mil e seiscentos) quotas por ele detido no capital social para o Sócio Ingressante da seguinte forma:

a) 1.133.600 (um milhão, cento e trinta e três mil e seiscentas) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, para o sócio ingressante **Marcio**;

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As quotas são cedidas ao Sócio Ingressante livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, dívidas, dúvidas, gravames e/ou encargos de qualquer natureza, com tudo que as mesmas representam.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O cedente **Jacques** confere, neste ato, ao Sócio Ingressante **Marcio**, a mais ampla, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação com relação ao pagamento decorrente da cessão e transferência de quotas ora ajustada.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O Sócio Ingressante, **Marcio**, confere ao cedente **Jacques** a mais ampla, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar, a

qualquer tempo, em juízo ou fora dele, em relação à cessão e transferência de quotas ora ajustada.

CLÁUSULA SEGUNDA: O sócio **Luiz Cláudio**, titular e legítimo detentor de 7.557.335 (sete milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, trezentos e trinta e cinco) quotas sociais que representam 50% (cinquenta por cento) do capital social da Sociedade, neste ato, cede e transfere, como de fato cedido e transferido tem, a título oneroso, 1.133.600 (um milhão, cento e trinta e três mil e seiscentas) quotas por ele detido no capital social para o Sócio Ingressante da seguinte forma:

a) 1.133.600 (um milhão, cento e trinta e três mil e seiscentas) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, para o sócio ingressante **Marcio**;

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As quotas são cedidas ao Sócio Ingressante livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, dívidas, dúvidas, gravames e/ou encargos de qualquer natureza, com tudo que as mesmas representam.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O cedente **Luiz Cláudio** confere, neste ato, ao Sócio Ingressante **Marcio**, a mais ampla, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação com relação ao pagamento decorrente da cessão e transferência de quotas ora ajustada.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O Sócio Ingressante, **Marcio**, confere ao cedente **Luiz Cláudio** a mais ampla, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo, em juízo ou fora dele, em relação à cessão e transferência de quotas ora ajustada.

Tendo em vista as deliberações das Cláusulas 1ª e 2ª, acima, a Cláusula 3.1 do Contrato Social da Sociedade passará a vigorar com a seguinte nova redação:

O capital da Sociedade é de R\$ 15.114.670,00 (quinze milhões, cento e quatorze mil, seiscentos e setenta Reais), subscritos e integralizados em moeda corrente nacional O capital da Sociedade está dividido em 15.114.670 (quinze milhões, cento e quatorze mil, seiscentos e setenta) quotas,

no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, acarretando a distribuição proporcional aos sócios quotistas:

Sócios	Quotas	%	Valor
Jacques Paul Barthelemy	6.423.735	42,5%	R\$ 6.423.735,00
Luiz Cláudio Araújo de Souza Santoro	6.423.735	42,5%	R\$ 6.423.735,00
Marcio Rutigliano Bicudo de Lima Azevedo	2.267.200	15%	R\$ 2.267.200,00
Total	15.114.670	100%	R\$ 15.114.670,00

CLÁUSULA TERCEIRA: Tendo em vista o ingresso de um terceiro sócio, a redação das Cláusulas 4.1, 4.2 e 4.3 serão ajustadas e passarão a vigorar com a seguinte redação:

4.1 A cessão ou transferência de quotas de qualquer dos sócios a estranhos são expressamente proibidas, sem o consentimento prévio e expresso dos outros 2 (dois) sócios;

4.2 Toda vez que um dos sócios pretender transferir ou ceder, no todo ou em parte, a terceiros, as quotas que possuir, deverá oferecê-las aos outros, que terão o direito de preferência, preço por preço.

4.3 Os sócios terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que as quotas lhe forem oferecidas por escrito, para exercer o seu direito de preferência, o qual obedecerá à proporcionalidade das quotas possuídas por cada um deles.

CLÁUSULA QUARTA: A indicação numérica de "Cláusula 11.4" será excluída, apenas em seu numeral, visando retificar a numeração anteriormente aposta.

Em face das alterações havidas em razão das cláusulas acima, os sócios resolvem consolidar o Contrato Social da Sociedade, que passará a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL
"EBCO SYSTEMS LTDA."

NIRE Nº 35.216.078.767
CNPJ/MF Nº 40.235.871/0001-09

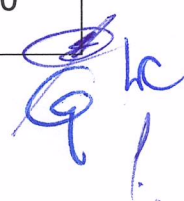
1. DENOMINAÇÃO, SEDE, PRAZO E REGÊNCIA:

- 1.1. A Sociedade é denominada: **"EBCO SYSTEMS LIMITADA"**.
- 1.2. A Sociedade possui os seguintes estabelecimentos:
- Matriz:** Rua Bandeira Paulista nº 600- 1º Andar – Conjuntos 11 e 12 Cep: 04532-001 – Itaim Bibi – São Paulo – SP e
- Filial 1:** Rua Amador Bueno nº 333- Sala 1306 (13º Andar) CEP: 11013-153 – Centro - Santos – SP inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.235.871/0006-13, NIRE 35903830727.
- 1.3. A Sociedade é contratada por tempo indeterminado e dissolver-se-á por vontade expressa dos sócios.
- 1.4. A Sociedade pode abrir ou fechar subsidiárias, filiais, agências e escritórios em qualquer parte do Território Nacional e no exterior, por decisão dos quotistas que representem a maioria do capital social.
- 1.5. A Sociedade será regida pelo disposto neste instrumento, com a observância das disposições constantes do artigo 1.052 a 1.087 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e, ainda, supletivamente, pelas disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, no que for aplicável.

2. OBJETO:**2.1 A Sociedade tem como objeto principal:**

Comércio, distribuição, importação e exportação de produtos e sistemas: sistemas de inspeção, equipamentos (inclusive de equipamentos de raios X, tipo "scanner" de inspeção de contêineres, cargas, bagagens e corporais), veículos especiais (veículos de combate a incêndio, veículos equipados com sistemas de raios X de inspeção de contêineres, cargas e bagagens, veículos aéreos não tripulados e "drones"), aparelhos eletrônicos, mecânicos, eletromecânicos, ópticos, e outros congêneres, peças sobressalentes e artigos de consumo;

Prestação de serviços: Implantação (projeto, construção civil, instalação, montagem eletromecânica e treinamento), operação, assistência técnica, manutenção e locação de sistemas de inspeção, de equipamentos (inclusive de equipamentos de raios X, tipo "scanner" de inspeção de contêineres, cargas, bagagens e corporais), de veículos especiais (veículos de combate a incêndio, veículos equipados com sistemas de raios X de inspeção de contêineres, cargas e bagagens, veículos aéreos não tripulados e "drones"), aparelhos eletrônicos, mecânicos, eletromecânicos, ópticos, e outros congêneres para segurança, inspeção e vigilância, para entidades públicas e sociedades empresariais.

2.2 Em face do objeto estabelecido, a Sociedade tem natureza empresária, na forma e para o fim estabelecido no artigo 966, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2.002.**3. CAPITAL SOCIAL E RESPONSABILIDADES:****3.1 O capital da Sociedade é de R\$ 15.114.670,00 (quinze milhões, cento e quatorze mil, seiscentos e setenta Reais), subscritos e integralizados em moeda corrente nacional. O capital da Sociedade está dividido em 15.114.670 (quinze milhões, cento e quatorze mil, seiscentos e setenta) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00**

(um real) cada uma, acarretando a distribuição proporcional aos sócios quotistas:

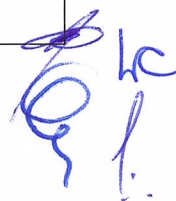
Sócios	Quotas	%	Valor
Jacques Paul Barthelemy	6.423.735	42,5%	R\$ 6.423.735,00
Luiz Cláudio Araújo de Souza Santoro	6.423.735	42,5%	R\$ 6.423.735,00
Marcio Rutigliano Bicudo de Lima Azevedo	2.267.200	15%	R\$ 2.267.200,00
Total	15.114.670	100%	R\$ 15.114.670,00

3.1.1 Na forma do artigo 1.052, da Lei 10.406, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

3.1.2 Os administradores ficam dispensados de prestar quaisquer cauções ou depósitos.

4. CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS:

- 4.1. A cessão ou transferência de quotas de qualquer dos sócios a estranhos são expressamente proibidas, sem o consentimento prévio e expresso dos outros 2 (dois) sócios;
- 4.2. Toda vez que um dos sócios pretender transferir ou ceder, no todo ou em parte, a terceiros, as quotas que possuir, deverá oferecê-las aos outros, que terão o direito de preferência, preço por preço.
- 4.3. Os sócios terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que as quotas lhe forem oferecidas por escrito, para exercer o seu direito de preferência, o qual obedecerá à proporcionalidade das quotas possuídas por cada um deles.



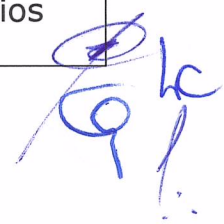
- 4.4. A cessão ou transferência de quotas de qualquer dos sócios a estranhos são expressamente proibidas, sem o consentimento prévio e expresso do outro;
- 4.5. Toda vez que um dos sócios pretender transferir ou ceder, no todo ou em parte, a terceiros, as quotas que possuir, deverá oferecê-las ao outro que terá o direito de preferência, preço por preço.
- 4.6. O sócio terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que as quotas lhe forem oferecidas por escrito, para exercer o seu direito de preferência, o qual obedecerá à proporcionalidade das quotas possuídas por cada um deles.

5. ADMINISTRAÇÃO E USO DA DENOMINAÇÃO:

- 5.1 O sócio administrador da Sociedade é o Sr. **LUIZ CLAUDIO ARAÚJO DE SOUZA SANTORO**, acima qualificado.
- 5.2 O administrador exercerá a função com a designação de Diretor Presidente da Sociedade, ficando-lhe facultado o direito de delegar poderes de suas atribuições, nomear e destituir os demais membros da Diretoria, podendo ainda nomear, no contrato, ou em ato separado, outras pessoas físicas, ainda que não sejam sócias, para atuar como Administrador e/ou Procurador nos termos da Lei.
- 5.3 A Sociedade poderá ter os seguintes cargos de Diretoria: Diretor Presidente, Diretor Administrativo, Diretor Comercial, Diretor Operacional e Diretor Técnico.
- 5.4 O uso da firma só é permitido em assuntos de interesses e objetivos da Sociedade, ficando proibido empregá-lo em outros estranhos às finalidades sociais, tais como fiança ou aval, respondendo pessoalmente o infrator.

6. ATRIBUIÇÕES DOS SÓCIOS E ADMINISTRADORES

- 6.1 É atribuição da Sócia Administradora ou do administrador nomeado ou de procurador nomeado pelo administrador, a prática de todos os atos convenientes ou necessários



para a administração da Sociedade, contando com os poderes para:

a) representação ativa, passiva, judicial e extrajudicial da Sociedade, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades Federais, Estaduais e Municipais, bem como autarquias, empresas estatais, empresas de economia mista e entidades ligadas ao Estado;

b) administração, orientação e direção dos negócios da Sociedade, incluindo a aquisição, venda, permuta ou alienação, por quaisquer outros meios, dos bens da Sociedade, fixando os seus respectivos preços, termos e condições e

c) assinatura de quaisquer documentos, mesmo aqueles que resultem em responsabilidade ou obrigação para a Sociedade, incluindo escrituras, confissão de dívida, letras de câmbio, cheques, ordens de pagamento e outros.

6.2 Todos os documentos firmados em nome da Sociedade deverão, necessariamente, conter a assinatura: (i) da Sócia-Administradora ou (ii) do Administrador nomeado ou (iii) de procurador devidamente constituído com poderes específicos.

6.3 As procurações outorgadas pela Sociedade deverão ser conferidas pela Sócia-Administradora ou pelo Administrador nomeado e deverão mencionar expressamente os poderes outorgados e não poderão ter prazo de validade superior a 01 (um) ano, com exceção das procurações outorgadas para fins judiciais, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado a advogado devidamente qualificado.

7. REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS E DIRETORES

7.1. O Administrador nomeado (Diretor Presidente) receberá, a título de pró-labore, uma importância mensal que será determinada pelos sócios-quotistas que representem a maioria do capital social.

- 7.2. Os Diretores Administrativo, Comercial, Operacional e Técnico receberão, a título de pró-labore, uma importância mensal que será determinada pelo Administrador nomeado (Diretor Presidente).

8. EXERCÍCIO SOCIAL E RESERVAS:

- 8.1. O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, procedendo-se anualmente nesta data o Balanço Geral da Sociedade;
- 8.2. Os Lucros ou Prejuízos serão distribuídos ou suportados, a critério dos sócios, na mesma proporção de suas quotas de capital;
- 8.3. Os Lucros poderão ainda se constituir em reservas de capital.

9. EXCLUSÃO DE SÓCIO:

- 9.1. Ocorrendo a omissão ou a prática de ato de inegável gravidade que tenha posto em risco a continuidade da empresa, proceder-se-á à exclusão, por justa causa, do sócio culpado, por deliberação dos sócios em reunião especialmente convocada para tal fim, onde será facultado ao acusado o comparecimento e o exercício do direito de defesa plena. Deliberada a exclusão, proceder-se-á à alteração do contrato social. Após tal alteração, o valor da quota do sócio excluído será apurado e pago dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a partir da liquidação, que não deverá ultrapassar o prazo de 06 (seis) meses contados do arquivamento da alteração contratual retro mencionada. Ato contínuo caberá aos sócios deliberar sobre a redução do capital, se não suprirem o valor da quota objeto de pagamento ao excluído, seja de forma proporcional à participação no capital, ou não.

10. REUNIÃO DE QUOTISTAS:

- 10.1. Deverão os sócios cotistas reunir-se ao menos uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término

do exercício social, ordinariamente, e, extraordinariamente, sempre que se fizerem necessárias.

10.2. As reuniões ordinárias terão por objeto as matérias abaixo elencadas:

a) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico;

b) designar administradores, quando for o caso e

c) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

10.3. As reuniões extraordinárias terão por objeto quaisquer matérias de interesse social.

10.4. As reuniões tornam-se dispensáveis quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto.

10.5. As reuniões de sócios serão realizadas na sede social ou outro local indicado pelos sócios e serão presididas por sócio escolhido entre a maioria dos presentes e secretariadas por quem indicado pelo Presidente.

10.6. As convocações serão realizadas mediante comunicação escrita, enviada aos sócios, através de telegrama, e-mail, fax, ou carta com aviso de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, para a primeira convocação, e de 2 (dois) dias, para a segunda convocação, indicando o horário e a ordem do dia.

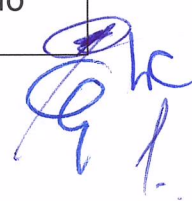
10.7. As reuniões serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, e, em segunda convocação, com qualquer número de sócios.

10.8. Os sócios poderão ser representados nas reuniões por procurador com poderes específicos para exercer direito de voto em relação às quotas da Sociedade.

- 10.9. As deliberações sociais serão sempre tomadas por 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, salvo para matérias para as quais a lei exige "quorum" superior.
- 10.10. Fica expressamente dispensada a realização de assembleia, tendo em vista que as deliberações sociais, quando necessárias, deverão realizar-se através de reunião dos quotistas.
- 10.11. As reuniões de sócios não requererão quaisquer providências, formalidades ou "quorum" não previstos nesta cláusula.
- 10.12. A Sociedade não terá livro de registro de atas de reuniões de sócios, livro de presença em reuniões de sócios ou quaisquer outros que legalmente sejam dispensáveis.

11. INTERDIÇÃO OU RETIRADA DE SÓCIOS:

- 11.1. A Sociedade não se dissolverá pela morte, interdição ou quaisquer outros motivos que imponham a exclusão de um dos sócios;
- 11.2. Neste caso, os herdeiros ou sucessores ingressarão na Sociedade, após a partilha dos bens do mesmo;
- 11.2.1. No decorrer da partilha, até sua homologação final, os herdeiros nomearão entre si um representante legal, que exercerá somente funções auxiliares à gerência;
- 11.3. No caso dos herdeiros ou sucessores legais manifestarem o desejo de não ingressarem na Sociedade, apurar-se-á os haveres da parte retirante através do levantamento de um Balanço Geral na data do evento e a avaliação do imobilizado da Sociedade pelo valor de mercado, mediante laudo técnico emitido por profissional devidamente habilitado, efetuando-se seu respectivo pagamento em 10 (dez) prestações mensais, iguais e sucessivas, que serão sempre atualizadas pelo maior índice oficial permitido legalmente e vigente à época do evento, acrescidas dos juros de 12% (doze por cento) ao





ano, vencendo-se a primeira prestação 30 (trinta) dias após o fato originário.

12. IMPEDIMENTOS LEGAIS:

12.1. O(s) administrador(es) declara(m) sob as penas da lei, com base no artigo 1011, § 1º, da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que não está(ão) impedido(s) de exercer(em) a administração da Sociedade, em razão de lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

13. FORO:

13.1. Para quaisquer ações oriundas do presente contrato, as Partes elegem o Foro de competência da Comarca da Capital de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Instrumento, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor e para o mesmo fim.

São Paulo, 1º de julho de 2022.

2022
visto
tabelião

JACQUES PAUL BARTHELEMY

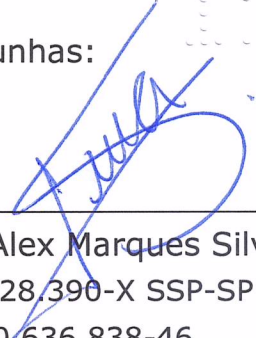
2022
visto
tabelião

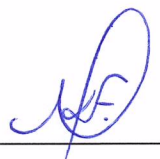
LUIZ CLÁUDIO ARAÚJO DE SOUZA SANTORO

2022
visto
tabelião

MARCIO RUTIGLIANO BICUDO DE LIMA AZEVEDO

Testemunhas:


Nome: Alex Marques Silva Lima
RG: 32.928.390-X SSP-SP
CPF: 380.636.838-46


Nome: Laura Karina Freiria
RG: 42.267.737-1 SSP/SP
CPF: 311.109.258-59

Visto do Advogado:


Nome: Marco Aurélio Gerace
OAB: 122.584 - SP

